



PSD p.5

O Secretário-Geral esteve em iniciativas em Chaves, Vila de Rei e Soure



PSD p.7

Marco António transmite palavras de esperança em Trás-os-Montes

Povo Livre



nº 1796

18 de Setembro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD



“É possível aos autarcas governar com responsabilidade e exigência”

O Presidente do PSD na apresentação da comissão de honra do candidato social-democrata a Viseu

Conselho de Ministros de 12 de Setembro

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que estabelece mecanismos de convergência das pensões atribuídas a funcionários públicos e agentes administrativos, pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), com as atribuídas à generalidade dos trabalhadores do sector privado ao abrigo do regime geral da Segurança Social.

A proposta aprofunda o processo de convergência para os novos pensionistas da CGA, que tem vindo a ser trilhado, impondo princípios de justiça material e de equidade há muito defendidos, e igualmente para os atuais pensionistas da CGA, pelos mesmos princípios mas, também, por imperativos de sustentabilidade financeira cuja gravidade e premência são sobejamente conhecidos no actual contexto do país.

Entre as medidas agora aprovadas para a aproximação de situações estão, nomeadamente, as seguintes:

Reduzir em 10% ou recalcular a primeira parcela das pensões de aposentação e de reforma em pagamento em 1 de Janeiro de 2014 de valor mensal superior a 600 euros em cuja fixação tenha intervindo fórmula antiga do regime da Caixa, que deu à grande maioria das pensões o valor de 100% da última remuneração mensal. Isto sem prejuízo:

Das pensões dos aposentados com idade igual ou superior a 75 anos, que ficam isentas da redução / recálculo em função daquela idade, isto é, o limite mínimo geral de isenção de 600 euros sobe 150 euros 5 em 5 anos a partir dos 75 anos de idade.

Das pensões e parcelas de pensão fixadas de acordo com as normas aplicáveis ao cálculo das pensões dos beneficiários do regime geral de segurança social, das pensões automaticamente actualizadas por indexação parcial à remuneração de trabalhadores no activo e das pensões de reforma extraordinária ou de invalidez dos deficientes das Forças Armadas, que não são alteradas.

Revogar todas as normas que estabelecem acréscimos de tempo de serviço com efeitos a partir de 2014, sem prejuízo da aplicação daqueles acréscimos ao tempo prestado até 2013.

Considerar no cálculo da primeira parcela da pensão da Caixa, relativa ao tempo de serviço prestado até 2005, 80%, em vez dos atuais 89%, da última remuneração de 2005 revalorizada.

Eliminar, para as prestações a atribuir no futuro, a possibilidade de um aposentado ou reformado que se encontre legalmente a exercer funções públicas optar por receber a pensão em detrimento da remuneração.

A convergência que agora se efectiva salvaguarda obrigatoriamente a existência de valores mínimos de pensão, protege o pensionista em função da idade e cria uma indexação destas reduções a indicadores económicos objectivos, permitindo a sua reversibilidade futura em função da situação económica do país.

Concluindo, esta proposta de lei salvaguarda o núcleo essencial do direito a uma pensão, operando um reequilíbrio relativo entre o esforço exigido e os benefícios atribuídos aos servidores do Estado passados e atuais e aos pensionistas da CGA atuais e futuros, procurando concretizar a solidariedade entre gerações que não pode ter sentido único, particularmente no actual contexto de emergência financeira do Estado.

2. O Conselho de Ministros apreciou as medidas necessárias à reformulação do decreto parlamentar que revê o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas, e que serão agora objecto do procedimento de reapreciação nos termos do Regimento da Assembleia da República.

Essas medidas visam alterar as normas que mereceram um juízo de inconstitucionalidade pelo Tribunal Constitucional, bem como outras disposições que lhes sejam conexas. Nas medidas a adoptar propõe-se acrescentar um motivo à racionalização de efectivos, identificando-o e caracterizando-o - desequilíbrio económico-financeiro estrutural e permanente do órgão ou serviço - e apresentando critérios para a sua verificação - de que os seus efectivos se encontram desajustados face às actividades que prossegue e aos recursos financeiros que estruturalmente lhe possam ser afectos. Estes dados serão obrigatoriamente demonstrados e fundamentados em relatório, sujeito a parecer técnico da entidade responsável pela gestão do programa orçamental, carecendo de posterior aprovação pelo membro do Governo competente.

Relativamente ao processo de requalificação, propõe-se que este deixa de ter um prazo de duração máxima (que era de 12 meses) e passa a ter duas fases. A primeira, com a duração de 12 meses, seguidos ou interpolados, que se destina a reforçar as capacidades profissionais do trabalhador, sendo a remuneração correspondente a 60% da remuneração base auferida na categoria de origem, com um tecto máximo de 3 Indexantes de Apoio Social (IAS) e um tecto mínimo correspondente à remuneração mensal mínima garantida (RMMG).

Quanto à segunda fase, propõe-se que não tenha um termo pré-definido e se inicie esgotado o prazo da primeira fase. A remuneração corresponderá a 40% da remuneração base da categoria de origem, com um tecto máximo de 2 IAS e um tecto mínimo correspondente à RMMG, sendo permitido o exercício de actividade remunerada sem necessidade de autorização.

Para além da necessidade de acomodar as questões de constitucionalidade decretadas, estas propostas têm como objectivos:

Investir na formação e capacitação dos trabalhadores da Administração Pública, matéria em que é inovadora, superando disfunções existentes, ao concentrar a coordenação do programa numa única entidade, e ao criar um plano de formação efectivo e ajustado às características de cada trabalhador e às necessidades dos serviços;

Contribuir para a resolução das debilidades financeiras estruturais com que o Estado Português se depara, dado não ser possível assegurar as funções do Estado sem uma Administração Pública mais eficiente e sustentável;

Racionalizar o funcionamento da Administração Pública, promovendo a adaptação do Estado e dos seus serviços no sentido de melhor responderem às necessidades atuais dos cidadãos. Ou seja, procura-se reforçar os serviços actualmente deficitários com recursos provenientes de outros cuja actividade se tem reduzido em interesse para os cidadãos.

Em suma, com estas alterações, respeita-se a decisão do Tribunal Constitucional e adequa-se, na medida do possível, o sistema de requalificação aos compromissos assumidos no âmbito do Memorando de Entendimento.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que designa os membros do conselho geral do Instituto de Avaliação Educativa, I.P., mediante indicação, nos termos da lei, pelos: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Conselho das Escolas, Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo, a Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, pelo Conselho Científico do próprio Instituto e, ainda, duas personalidades indicados pelo MEC. - Gab. Cº Mºs



Passos Coelho em Viseu

“É possível aos autarcas governar com responsabilidade e exigência”

Pedro Passos Coelho, presidente do PSD, esteve na segunda-feira em Viseu, numa visita integrada na campanha autárquica e a convite das entidades locais, que fizeram questão em recebê-lo nesta ocasião, pois a presença de Passos Coelho é sempre um “tónico”, e sendo um motivo de entusiasmo em qualquer altura, é-o especialmente em ocasiões pré-eleitorais.

Passos Coelho teve afirmações muito fortes nas palavras que proferiu, tendo avisado clara e definitivamente, que “não vai mudar de discurso por causa das eleições autárquicas, muito embora seja sensível e partilhe da esperança de ausência de necessidade de mais choques adicionais de austeridade”.

Passos Coelho defendeu o rumo seguido pelo Governo e fez questão de repetir as palavras do presidente da distrital e candidato social-democrata à Assembleia Municipal neste concelho, Mota Faria, antes de lhe responder.

“Disse ele, eu quero recordar, que existe angústia entre os viseenses sobre o seu futuro e que todos eles precisam de uma esperança sem choques adicionais de austeridade. Quero dizer aqui ao Mota Faria, como a todos os que aqui estão presentes, que mal seria que, na posição em que eu ocupo, não tivesse uma noção clara dessa angústia que as pessoas sentem, dessa necessidade também que os portugueses precisam de acreditar numa esperança e numa confiança em relação ao futuro como não tiveram nos últimos anos”, afirmou o presidente do PSD.

Pedro Passos Coelho acrescentou que tem procurado ter um discurso “que não seja fruto de circunstâncias muito conjunturais, e em particular, de natureza eleitoral” e considerou que “mal seria que uma campanha não fosse ela própria um motivo de esperança, mas não pode ser um exercício de eleitoralismo”.

E acrescentou: “Ainda a propósito da ‘esperança’, entendo que ela reside no trabalho colectivo do País e que esse trabalho tem produzido os seus resultados positivos. Nós acreditamos que Portugal pode ser uma sociedade mais aberta, mais responsável, mais exigente, e estamos a conseguir fazê-lo”, afirmou.

“Não costumo utilizar estas sessões para poder entrar em grandes pormenores sobre aquilo que fazemos no dia-a-dia do Governo, porque aqui me apresento sobretudo como líder partidário”, disse Passos Coelho, «mas quero lembrar-vos que Pedro Passos Coelho referiu que “em 2013 Portugal terá pago qualquer coisa como quase oito mil milhões de euros da dívida que acumulou”.

Dirigindo-se aos dirigentes e apoiantes do PSD presentes no claustro da Pousada de Viseu, Passos Coelho interrogou: “Se vos fosse dado a escolher contrair dívida em 2011, em 2010, em 2009, em 2008, em 2000, em 99 - que foi quando esta dívida pública foi gerada, foi nestes últimos quinze anos -, se vos fosse dado a escolher a cada um ‘querem em 2013 pagar quase oito mil milhões de euros de juros de dívida’, os senhores tinham dito ‘queremos?’”.

“Alguém aqui teria dito, ‘com certeza, eu não me importo de prescindir de saúde, de educação, de segurança social, e prefiro pagar juros da dívida que vamos contraindo?’ Alguém teria dito isso? Com certeza que não”, prosseguiu

O presidente do PSD perguntou à assistência se já tinha imaginado “a folga” que poderia existir hoje “para políticas públicas importantes de apoio à cultura, à educação, à saúde, àqueles que não tiveram a carreira contributiva devida e que hoje mereciam que o Estado pudesse fazer mais por eles” se essa dívida não tivesse sido contraída.

Segundo o chefe do executivo PSD/CDS-PP, “o que se passou foi que essa dívida foi sendo contraída sem que



as pessoas se apercebessem dela, com artifícios, com desorçamentação, varrendo para debaixo do tapete” e “assim se gerou esta situação” que é preciso inverter.

“Espera alguém nesta sala, ou no País, que hoje nós possamos proceder da mesma maneira? Não é possível, não seria sério da nossa parte”, acrescentou Passos Coelho, alegando que “não é possível oferecer esperança às pessoas” seguindo um “historial” de endividamento anual.

Observando que não sabe se este discurso “rende votos ou tira votos”, o presidente do PSD e primeiro-

-ministro defendeu que é preciso “manter o rumo” de “rigor” e “exigência” seguido pelo seu Governo.

Segundo Passos Coelho, é possível fazê-lo “com uma economia a crescer”, mas “isso vai exigir durante vários anos um grande esforço e uma nova cultura democrática”.

O primeiro-ministro respondeu àqueles que pedem já, e insistentemente aumentos de despesa e alívio dos impostos afirmando que esses são os mesmos que, “justamente fazendo isso”, conduziram Portugal à bancarrota e ao pedido de resgate internacional, feito em 2011.

«Em todo o Portugal é preciso manter vivo, que se chegámos a este verdadeiro poço, foi porque procedemos mal no passado e assim estamos a sair da situação com um imenso esforço e grande sacrifícios, em que o Povo de Portugal tem sido maravilhosamente capaz de sacrifícios e trabalho» considerou.

Passos Coelho, já quase a terminar, manifestou a esperança de que os autarcas estejam “sintonizados com esta mudança cultural e disse contar «com todos os candidatos do PSD, para mostrar a Portugal que é possível governar com responsabilidade, com exigência e sem comprometer o desenvolvimento».

“Quero lembrar-vos – ou melhor, chamar-vos a atenção novamente, insistentemente - para o seguinte: se, por qualquer fenómeno natural, ou por milagre, vos fosse dado a escolher a cada um ‘querem em 2013 pagar quase oito mil milhões de euros de juros de dívida’, os senhores tinham dito ‘sim, queremos!’”.



“Alguém aqui teria dito, ‘com certeza, eu não me importo de prescindir de saúde, de educação, de segurança social, e prefiro pagar juros da dívida que vamos contraindo’? Alguém teria dito ‘Sim, queremos!’ Estou certo de que ninguém o faria. Com certeza que não”.

“E pergunto a todos vós: já imaginaram a “folga” que poderia existir hoje para políticas públicas importantes, de apoio à cultura, à educação, à saúde, àqueles que não tiveram a carreira contributiva devida e que hoje mereciam que o Estado pudesse fazer mais por eles se essa dívida não tivesse sido contraída?”

“O que se passou foi que essa dívida foi sendo contraída sem que as pessoas se apercebessem dela, com artifícios, com desorçamentação, varrendo para debaixo do tapete o que não convinha que o Povo soubesse e assim se gerou esta situação que é preciso, agora, inverter.”

“Espera alguém, nesta sala, ou em todo o Portugal, que hoje nós possamos proceder da mesma maneira? Não é possível, não seria sério da nossa parte”, acrescentou Passos Coelho, alegando que “não é possível oferecer esperança às pessoas” com a mesma História triste e desonesta de endividamento anual constante.

«Eu não sei» - disse - «se este discurso ‘rende votos ou tira votos’, o que sei é que, a bem do País, a bem do futuro de todos nós, dos nossos filhos e netos, é preciso manter o rumo de rigor e exigência seguido pelo nosso Governo».

«É possível fazê-lo com uma economia a crescer, mas isso vai exigir durante vários anos um grande esforço e uma nova cultura democrática».

O primeiro-ministro respondeu àqueles que pedem aumentos de despesa e alívio dos impostos, afirmando que são os mesmos que, “justamente fazendo isso”, conduziram Portugal ao pedido de resgate internacional feito em 2011.

“Em todo o Portugal é preciso manter vivo que se chegámos aqui foi porque procedemos mal no passado”

«Ninguém levaria a sério que eu viesse aqui, hoje, desdizer a necessidade das políticas que temos prosseguido. As pessoas não o perceberiam, porque, das duas umas, ou tais políticas eram dispensáveis - e então não se percebe porque é que estariam a ser executadas! - ou são políticas realmente necessárias; e não vale a pena virmos aqui, fazer um exercício de prometer fazer o contrário do que fizemos até hoje», concluiu.

Passos Coelho disse acreditar que «todas as pessoas que percebem a situação a que o País chegou, sabem bem destrinçar entre o que são promessas eleitoralistas e o que é o realismo» e que «ninguém leva a sério que os Partidos se afirmem com um discurso de fabricantes de nuvens cor-de-rosa, prometendo aquilo que as pessoas sabem que não é realizável, que não podem cumprir!»

Almeida Henriques “orgulhoso” da sua passagem pelo Governo

O candidato do PSD a presidente da Câmara Municipal de Viseu, António Almeida Henriques, afirmou na mesma sessão, estar orgulhoso da sua passagem pelo Governo e defendeu que a sua experiência governativa ajudará ao desenvolvimento do concelho.

Durante esta iniciativa de campanha, que decorreu no claustro da Pousada de Viseu, perante o presidente do PSD e primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, Almeida Henriques avisou, contudo, de que colocará Viseu “em primeiro lugar” e poderá tomar “alguma decisão contra

o Governo”, mas, se tiver de o fazer, será “com amizade”.

Depois de falar da sua passagem por uma das secretarias de Estado da Economia, o candidato do PSD à Câmara de Viseu defendeu que essa experiência “será útil para projectar Viseu, primeiro no desenvolvimento económico” e para “concretizar medidas” como “o gabinete de apoio ao investidor e o conselho da diáspora de Viseu”.

Almeida Henriques declarou ter “uma grande ambição” para Viseu “em domínios como a industrialização, a internacionalização de pequenas e médias empresas, a atracção de investimentos, o desenvolvimento do agro-alimentar, competitividade turística, a revitalização urbana e comercial”.

O ex-secretário de Estado adjunto da Economia e do Desenvolvimento Regional agradeceu a presença de Passos Coelho e comparou o actual executivo PSD/CDS-PP, a um verdadeiro “Governo de salvação nacional”.

Fazendo alusão ao candidato do PS a presidente da Câmara de Viseu, (José Junqueiro, que foi secretário de Estado da Administração Local entre 2009 e 2011), acrescentou: “Tive muito orgulho em pertencer a um Governo que está a recuperar o País, ao contrário do meu adversário, que pertenceu a um Governo que levou o País à bancarrota”.

Almeida Henriques alegou que, “24 anos depois de ser poder em Viseu”, o PSD conseguiu “revigorar-se” com a sua candidatura, e elogiou a gestão autárquica de Fernando Ruas, que não se pode recandidatar à presidência da Câmara Municipal por ter ultrapassado o limite de mandatos.

Palavras de Fernando Ruas, na despedida

Antes, o ainda presidente da Câmara de Viseu e da Associação Nacional de Municípios Portugueses deixou elogios a Passos Coelho e considerou que o presidente do PSD “tem o perfil mais inspirador para um autarca”.

“Um autarca deve exactamente ter estas características: um indivíduo que não se deixa vencer à primeira, um indivíduo sem receio, com uma capacidade de trabalho impressionante como aquela que demonstra e, sobretudo, como no seu caso lhe é totalmente reconhecido, com uma capacidade de resistência que todos nós nos admiramos, e portanto eu acho que é uma fonte inspiradora para quem se quer dedicar ao poder local”, sustentou Fernando Ruas. – Povo Livre, Lusa e Audiovisuais PSD



O Secretário-Geral esteve em iniciativas em Chaves, Vila de Rei e Soure



O Secretário-Geral do PSD teve acções de campanha relevantes, no sábado passado, tendo assistido e feito uma intervenção na convenção autárquica de Chaves, e almoçado com as mais destacadas personalidades locais, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários.

‘Todos por Chaves’ é o lema da candidatura social-democrata ao município e estiveram presentes, entre outros, João Batista, actual Presidente de Câmara e Candidato à Assembleia Municipal, Nelson Montalvão, Coordenador de Campanha, Hugo Silva, líder da JSD local, D. Juan Morán, Alcalde do concelho de espanhol de Verín, Deputados à Assembleia da República e Candidatos à Junta de Freguesia do Concelho.

Na sua alocução, o Secretário-Geral do PSD garantiu que o candidato reúne as características necessárias para exercer o cargo a que se propõe, afirmando que, “...com António Cabeleira na Presidência desta Câmara Municipal, os flavienses só terão a ganhar: «O António Cabeleira tem todas as condições para ser um grande Presidente de Câmara, que vai ser. A partir do dia 29 de Setembro os flavienses podem estar descansados porque têm um homem empenhado, um homem que é um grande defensor da sua terra»

Por seu turno, António Cabeleira destacou, acima de tudo, as qualidades da sua equipa: «Mais uma vez o PPD/PSD apresenta os melhores cidadãos para dirigir os destinos do concelho e das nossas freguesias»

O candidato afirmou à PSD-TV que o trabalho que acompanhou durante mais de uma década, ao lado de João Batista irá ter continuidade: «Os doze anos de governação de Vice-Presidente de Câmara, em que estive

ao lado de João Batista, enchem-me de orgulho e acho que a obra feita, as ideias transformadas em projectos e os projectos transformados em obra falam por nós»

A candidatura ‘Todos por Chaves’ aposta assim, dia após dia, num melhor futuro de Chaves e num melhor futuro para todos os flavienses seguindo os princípios de verdade, de trabalho e de competência.

Em Vila de Rei, confiança na manutenção do PSD após duas décadas de exemplar governação do nosso Partido

Após a presença em Chaves, o Secretário-Geral do PSD dirigiu-se a Vila de Rei e no auditório Municipal fez apresentação dos candidatos de uma grande e progressiva povoação, que é verdadeiramente “de Rei”, com mais de 700 anos de foral e é também o verdadeiro Centro Geodésico de Portugal, pois ali se encontra o “Marco Zero”

Em Vila de Rei, o Secretário-Geral do PSD acompanhou a apresentação que se apresentam sob o lema “Juntos Construímos Vila de Rei” é o lema dos Candidatos aos Órgãos Autárquicos do concelho

Sobre o candidato à presidência da Câmara, José Matos Rosa garantiu a sua certeza numa vitória eleitoral social-democrata.

Ricardo Aires é a aposta certa para o concelho e para representar os interesses de todos os vila-regenses

“Tenho a certeza que Ricardo Aires é a pessoa certa para representar e defender os interesses de Vila de Rei. Ricardo Aires irá prosseguir o competentíssimo trabalho da nossa autarca Irene Barata»

Ricardo Aires, que para além de ser candidato também é o líder do PSD local, explicou a toda a plateia que o facto de ser Vice-Presidente da autarquia já há alguns anos faz com que seja conhecedor da realidade do concelho.

O trabalho até aqui desenvolvido por Irene Barata durante duas décadas, irá ter continuidade e tudo será feito para um melhor futuro da população:



«Sinto-me entusiasmado e, acima de tudo, preparado para este desafio. Continuar a representar os interesses de Vila de Rei e das suas gentes. É neste concelho que tenho dedicado a maior parte da minha vida ao serviço autárquico»

António Carvalho, Presidente da Comissão Política Distrital de Castelo Branco, Paulo Brito, Candidato à Assembleia Municipal, Irene Barata, actual Presidente de Câmara e Mandatária da Candidatura, Jean Barroca, da Distrital da JSD, Ana Francisco, líder da JSD local, candidatos às juntas de freguesia do concelho e um grande número de vila-regenses apoiaram Ricardo Aires e a sua equipa neste grande momento simbólico.

Após esta sessão pública, o Secretário-Geral rumou a Soure, no distrito de Coimbra.

Em Soure, apresentação da candidatura, que é um dos exemplos como as coligações podem ser bem sucedidas

‘Soure para todos’ é o lema desta candidatura que resulta de uma coligação entre o PSD, o CDS-PP e o PPM.

Maurício Marques, Vice-Presidente da Comissão Política Distrital de Coimbra, Rui Cunha, Candidato à Assembleia Municipal, Carlos Páscoa Gonçalves, Representante para as comunidades sourenses no mundo e Deputado à Assembleia da República, Manuel José Lopes, Manda-



tário da Candidatura e todos os candidatos aos Órgãos Autárquicos do concelho estiveram presentes.

Sobre o candidato, José Matos Rosa destacou as suas qualidades e afirmou com convicção que o projecto político de Carlos Páscoa e de toda a sua equipa é aquele que melhor defende os interesses dos sourenses:

«O seu projecto autárquico é de futuro: de futuro para Soure. Temos um candidato dos melhores entre os melhores».

Carlos Páscoa salientou as qualidades da sua equipa asseverando que as suas competências vão de encontro aquilo que é esperado por todos: uma mudança em Soure, uma mudança na vida de todos os sourenses:

«Temos uma equipa de luxo. É uma equipa de gente valorosa, de gente digna e de gente que sabe o que quer. Obrigado pela vossa disponibilidade»

E assim o Secretário-Geral do PSD terminou o seu dia: mais de mil e cem quilómetros percorridos, mais três demonstrações públicas de apoio aos nossos candidatos. Fonte: Povo Livre c/ Audiovisuais PSD



Conferência de Imprensa de Nilza de Sena, sobre a abertura do ano escolar

A Vice-Presidente do PSD, Nilza de Sena, deu uma conferência de imprensa, sobre a abertura do ano escolar. Reproduzimos o comunicado proferido pela dirigente do partido:

«O Partido Social Democrata salienta a normalidade com que está a decorrer o período de abertura do ano escolar 2013/2014, que decorre até à próxima segunda-feira. Todos aqueles que vaticinaram caos e desorganização no arranque do ano escolar, espalhando alarmismo, fazendo aproveitamento eleitoral, assustando as famílias portuguesas, estão agora a deparar-se com a evidência da estabilidade com que escolas, alunos, professores, pais e funcionários estão a iniciar esta etapa do calendário escolar.

Pela primeira vez em 11 anos, o Ministério da Educação e Ciência assume que a reorganização da rede do 1º ciclo está concluída na generalidade, à excepção de situações pontuais de processos em curso ou decorrentes das alterações demográficas e da rede escolar.

O responsável parlamentar do maior partido da oposição quis intoxicar a opinião pública com deturpações dramáticas e cenários irrealistas, provavelmente fruto da confusão e desorientação do PS no período pré-eleitoral que estamos a viver. É inaceitável que o PS desvalorize e esconda o sentido cívico e a maturidade demonstrada por todos os agentes envolvidos na abertura do ano escolar.

Contrariando um tempo político de indefinição, de avanços e recuos, de instabilidade nas escolas promovidas no tempo dos governos do PS, o PSD vem realçar a forma muito meritória como este governo tem acrescentado mais rigor, mais exigência, mais transparência e, por conseguinte, mais qualidade às escolas portuguesas.

Concretamente, em relação às acusações propagandísticas veiculadas, o PSD não esquece o passado nem as circunstâncias dos tempos que estamos a viver:

- No que respeita às turmas mistas, há a assinalar uma diminuição demográfica, assim como uma dinamização dos centros escolares, o que interfere, obviamente, com a constituição das turmas. Tal como o Ministro da Educação e Ciência disse ontem em entrevista à SIC, é paradigmático que o número de turmas de 1.º ciclo com 4 níveis (1º ao 4º ano) tenha sido reduzido de 235 em 2010/2011 para 142 em 2012/2013.

- O “caos” da rede escolar aludido pelo PS é uma



perfeita efabulação e corresponde a uma frase-feita de fim de Verão, a que o PS já nos habituou no início de cada ano escolar. Carece de qualquer fundamento e de ligação com a realidade. O ano lectivo anterior (de 2012/2013) foi reconhecido pelos directores como um ano bem organizado, que arrancou com tranquilidade.

As expectativas para o ano lectivo que agora se inicia são claras: não haverá alterações ao padrão estabelecido pelo Ministério da Educação e Ciência. É importante lembrar que estamos a falar de um universo de mais de 6 mil estabelecimentos de ensino.

- Em terceiro lugar, e no que respeita à colocação de professores, refira-se que a 31 de Agosto, 83% dos professores que se candidataram ficaram colocados nos estabelecimentos de ensino. O alargamento das zonas pedagógicas possibilitou a colocação de 86% dos professores dos Quadros de Zona Pedagógica. Em síntese, ressaltando que o processo ainda não terminou, não estão ainda preenchidos neste momento apenas cerca de 1000 horários completos anuais. Dizer que escolas estão sem professores parece ser claramente uma afirmação ligeira e abusiva.

- Em quinto lugar, e no que respeita à colocação de professores, refira-se que a 31 de Agosto, 83% dos professores que se candidataram ficaram colocados nos estabelecimentos de ensino. O alargamento das zonas pedagógicas possibilitou a colocação de 86% dos professores dos Quadros de Zona Pedagógica. Em síntese, ressaltando que o processo ainda não terminou, não estão ainda preenchidos neste momento apenas cerca de 1000 horários completos anuais. Dizer que escolas estão sem professores parece ser claramente uma afirmação ligeira e abusiva.

perfeita efabulação e corresponde a uma frase-feita de fim de Verão, a que o PS já nos habituou no início de cada ano escolar. Carece de qualquer fundamento e de ligação com a realidade. O ano lectivo anterior (de 2012/2013) foi reconhecido pelos directores como um ano bem organizado, que arrancou com tranquilidade.

As expectativas para o ano lectivo que agora se inicia são claras: não haverá alterações ao padrão estabelecido pelo Ministério da Educação e Ciência. É importante lembrar que estamos a falar de um universo de mais de 6 mil estabelecimentos de ensino.

- Em terceiro lugar, e no que respeita à colocação de professores, refira-se que a 31 de Agosto, 83% dos professores que se candidataram ficaram colocados nos estabelecimentos de ensino. O alargamento das zonas pedagógicas possibilitou a colocação de 86% dos professores dos Quadros de Zona Pedagógica. Em síntese, ressaltando que o processo ainda não terminou, não estão ainda preenchidos neste momento apenas cerca de 1000 horários completos anuais. Dizer que escolas estão sem professores parece ser claramente uma afirmação ligeira e abusiva.

O PSD não pode deixar de afastar a nuvem de afirmações falsas e que visam provocar a instabilidade junto da comunidade escolar e dos agentes educativos.

Neste ano, o Governo aumentou, no âmbito da Acção Social Escolar, em 850 mil euros na comparticipação dos manuais escolares nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Secundário para as famílias que enfrentam maiores dificuldades. O PSD relembra também que este executivo atribuiu no ano passado mais 2500 bolsas para o ensino superior do que em 2010/2011, ao mesmo tempo em que aumentou o valor médio das bolsas. Os tempos de espera para análise dos processos, que pareciam impossíveis de alterar, foram reduzidos para menos de metade. Os apoios chegaram mais cedo e a quem mais precisa.

À crítica fácil, ao juízo sem memória, à demagogia simplista do PS, o PSD responde com uma palavra de grande confiança nos professores, de muita serenidade para que os alunos, pais e demais comunidade escolar possam participar no tecido educativo e acreditar na melhoria dos indicadores de aproveitamento.

Por estas razões, a perturbação mais grave a que assistimos veio do PS, que quis ampliar situações pontuais e que o PSD está seguro que o Ministério da Educação e Ciência irá resolver com bom senso, urgência e sem espectáculo. Como aliás tem sido sempre a sua postura».- Sede Nacional do PSD, 13 de Setembro

Marco António transmite palavras de esperança em Trás-os-Montes

Na sua acção de proximidade ante as autarquias, o Porta-voz e Coordenador Permanente da CPN do PSD, esteve em Murça, onde defendeu que “a terceira idade precisa de ver reforçado muito do apoio social” que recebe de governos como o actual, num discurso em que destacou as “pensões mínimas”.

“A terceira idade precisa de ver reforçado muito do apoio central que é dado por governos como este que nós representamos”, afirmou o porta-voz do PSD, durante uma iniciativa de campanha do seu partido para as eleições autárquicas de 29 de Setembro, em Murça, no distrito de Vila Real, que descreveu como uma região “fundamentalmente” de “pessoas com pensões mínimas”.

“Esses pensionistas, que são mais de um milhão e 200 mil no nosso País, sabem que no tempo do PS no Governo eles eram esquecidos e não viam as suas pensões aumentadas, e agora, com o PSD no Governo, apesar de todas as dificuldades que temos passado, esses pensionistas sabem que por dois anos consecutivos nós aumentámos as suas pensões”, referiu Marco António Costa.

Sobre a situação política geral, lembrou que já tinha sugerido que o discurso de “tom destruidor” e de “agressividade” do secretário-geral do PS é o de quem antecipa “um desastre eleitoral” nestas eleições autárquicas.

“Não se deixem impressionar por esses discursos, porque esses discursos normalmente terminam em desastre e em tragédia: em tragédia política e em desastre eleitoral. E se calhar é por pressentirem isso que não conseguem conter este tom e esta espiral permanente de uma linguagem agressiva contra o primeiro-ministro de Portugal e contra o Governo”.

Em Valpaços

Seguro modera-se, porque tem medo dos resultados de 29 de Setembro!

Marco António seguiu depois para Valpaços, onde sustentou (no dia 15) ante uma assistência entusiasmada, que o secretário-geral do PS, António José Seguro, moderou o seu discurso sobre as eleições autárquicas porque “está cheio de medo do resultado de 29 de Setembro”.

“Há por aí uns políticos que acham que o país não tem memória e depois ficam admirados quando olham para as sondagens”, afirmou Marco António Costa, referindo-se ao secretário-geral do PS, durante uma sessão de apresentação dos candidatos autárquicos do PSD em Valpaços, no distrito de Vila Real.

“Quando há um ano atrás olhavam para estas elei-



ções autárquicas e se punham de peito feito a dizer que estas eleições já “estavam no papo”, hoje já estão com uma conversa muito mais moderada e já apresentam uma falsa humildade, porque estão cheios de medo do resultado no dia 29 de Setembro”, prosseguiu o porta-voz do PSD, pedindo à plateia que não se deixasse impressionar por “esses que lideram a oposição” e que “trouxeram a ‘troika’ para Portugal”.

Depois, Marco António Costa criticou António José Seguro por ter afirmado que já “tem na cabeça o Governo” que pretende formar na sequência das próximas eleições legislativas, e deixou uma recomendação: “Que sejam mais cautelosos, que tenham mais calma, por-

que a democracia é acima de tudo a vontade popular totalmente soberana a fazer-se sentir no dia da votação. Que ninguém tenha triunfalismos antes do tempo, e que ninguém tenha derrotismos antes do tempo”:

Na segunda etapa, em Valpaços, Marco António Costa criticou o secretário-geral do PS, António José Seguro, por contestar alguns cortes que o Governo se viu obrigado a fazer, referindo que eles atingem “400 mil funcionários públicos” e não o universo de “quatro milhões de pensionistas” de Portugal.

“São 400 mil funcionários que estão em causa, aqueles que são aposentados e têm pensões acima de 600 euros, e não os quatro milhões de pensionistas. Isto é,



são só 400 mil e não os quatro milhões de pensionistas que existem em Portugal”, acentuou.

Ainda em resposta a António José Seguro, o porta-voz do PSD responsabilizou a anterior governação do PS: “Dizia o líder da oposição que é para tapar os buracos orçamentais. Pela primeira vez na vida, ele tem razão. Só se esqueceu de acrescentar que foram os buracos orçamentais de seis anos que os socialistas cavaram, da falta de juízo da condução do País, pelo PS no Governo”.

Antes desta acção de campanha, o porta-voz do PSD, Marco António Costa, esteve numa instituição particular de solidariedade social em Santa Marta de Penaguião, também no distrito de Vila Real, onde conheceu as instalações, conviveu com os utentes, idosos e crianças, e acompanhou-os nalgumas canções cantadas em coro.

Em Vila Real

Marco António disse verdades amargas ao PS e responsabilizou os verdadeiros responsáveis

Ainda em Vila Real, o PSD, pela voz de Marco António Costa, acusou o PS de querer esconder os últimos anos da sua história de “política ruinosa para o País” ao ponto de nem convidar “os seus ex-líderes mais recentes” para a campanha eleitoral autárquica.

O Porta-Voz e Coordenador permanente da CPN do PSD, sustentou que “a ‘troika’ não tem nada a ver com o Governo, a ‘troika’ tem a ver com o PS” e “teria de ser no Largo do Rato que instalaria a sua sede” em Portugal.

Depois de repetir várias vezes que o PS conduziu o país “à pré-falência” e “trouxe a ‘troika’ para Portugal”, sem referir o nome do anterior primeiro-ministro socialista, José Sócrates, o porta-voz do PSD acrescentou: “Eu sei que ao PS interessa ocultar a História, eu sei que ao PS interessa fazer o revisionismo histórico. Até chegam à circunstância de não convidar os seus mais recentes ex-líderes para se associarem à campanha eleitoral”.

“Querem esconder estes momentos mais recentes da sua história. Nós não somos assim, nós temos os nossos ex-líderes na campanha eleitoral, porque nós temos orgulho do trabalho de todos”, prosseguiu Marco António Costa.

Nesta intervenção, o dirigente social-democrata voltou a descrever a atitude da actual liderança socialista como irresponsável, agressiva e de aposta na desinformação e alegou que o PS “está a ver se consegue manter a ‘troika’ mais uns anos em Portugal”, enquanto o executivo PSD/CDS-PP “está a tratar de mandar a ‘troika’ embora”.

Marco António Costa reiterou também a ideia de que, para o PS, “parece que com o aproximar do dia 29 se aproxima um terramoto político”, e contrapôs que para o PSD essa “não é uma data do tudo ou nada, é mais uma data importante e relevante”, porque se realizam eleições com “importância pelos projectos” apresentados em cada autarquia.

“O PSD tem feito apelos permanentes a que se evite o excesso de linguagem e que, acima de tudo, se garanta que a partir do próximo dia 29 estejam garantidas as condições mínimas indispensáveis de cordialidade política para que possamos todos em conjunto continuar a trabalhar para Portugal”, reclamou, antes de salvaguardar que os sociais-democratas não podem, contudo, “deixar passar em claro algumas afirmações” como as que associam o actual Governo à ‘troika’.

Marco António Costa, que tinha falado em “cumplicidades” e “códigos de silêncio” no interior do PS durante a anterior governação socialista, afirmou que “não haverá código de silêncio que encubra as verdades históricas, que não haverá cumplicidades que calem o PSD”.

Desta forma, o porta-voz do PSD responsabilizou os socialistas pela negociação e assinatura com a ‘troika’ da “racionalização e fusão de serviços públicos” e acusou o secretário-geral do PS de se fazer de esquecido.

“Como pode o líder do PS afirmar que o Governo do PSD quer fazer fecho de serviços públicos em Portugal após as eleições [autárquicas de 29 de setembro]?”, questionou Marco António Costa. “Como pode o líder do PS dizer isso quando sabe que, na página 14 do memorando inicial de



entendimento, no ponto 3.34, aquele que eles assinaram em nome de Portugal, como Portugal, chamando para Portugal a ‘troika’, estava previsto a redução de serviços de finanças?” prosseguiu o porta-voz do PSD. “Foram eles que assinaram, foram eles que negociaram”, acentuou.

Ainda em resposta a António José Seguro, Marco António Costa referiu que “no ponto 3.47, na página 16 do memorando de entendimento, que eles assinaram, que eles negociaram, está prevista a racionalização e a fusão de serviços públicos” e acusou o Secretário-Geral do PS de se fazer de esquecido.

O porta-voz do PSD perguntou também “como é que alguém pode esquecer e ignorar a circunstância de ter sido este Governo que criou uma comissão interministerial das políticas do território, para impedir que aquilo que o PS assinou, aquilo com que o PS se comprometeu perante a ‘troika’ será feito com sentido de responsabilidade para impedir que as populações sejam prejudicadas?”.

“Como é que é possível a política ser feita com tanta falta de memória?”, interrogou Marco António, a terminar aquela intervenção.- Pº Livre, c/ Audiovisuais PSD

Luís Montenegro

“Vamos continuar o caminho de transformação do país”

“Portugal vive hoje uma situação política e social relativamente estranha. Todos sabemos e reconhecemos a situação de grave crise em que o país mergulhou nos últimos anos. Todos sabemos qual foi o ponto de situação que conduziu à realização das últimas eleições legislativas e à abertura desta legislatura. Todos sabemos que Portugal teve necessidade de pedir ajuda externa, que o Estado não tinha dinheiro para pagar salários, pensões e manter serviços públicos operantes. Todos sabemos também o esforço que os portugueses fizeram e estão a fazer. E todos sabemos que todas estas razões nos conduzem à constatação que não é o momento para grandes euforias e para lançarmos muitos foguetes”. Foram estas as palavras iniciais de Luís Montenegro na sua intervenção na reunião da Comissão Permanente, na Assembleia da República, dia 11.

Contudo, destaca o líder parlamentar do PSD que “há sinais encorajadores e que nos dão uma orientação de confiança relativamente àquilo que o país e os portugueses são capazes de fazer”. “Portugal foi o país da Europa que mais cresceu no segundo trimestre de 2013. Portugal é o país da Europa que regista o maior crescimento da sua produção industrial neste ano. Hoje temos os principais índices de confiança a melhorar os seus resultados. As nossas exportações têm vindo a registar um crescimento sólido e um crescimento significativo. Temos conseguido estancar o crescimento do desemprego e tem sido possível assistir a alguma diminuição, ainda que ligeira. As nossas contas externas estão equilibradas, ao contrário do que se sucedeu nos últimos anos. E o país foi capaz de empreender várias reformas estruturais”.

Apesar de todos estes resultados inegavelmente positivos e do reconhecimento internacional, o deputado regista que internamente, na oposição, em particular no PS, há uma reacção extraordinária: “ficam zangados por termos tido esta capacidade e por começarmos a oferecer ao país a confiança que decorre de estarmos a atingir resultados tão importantes”. “Infelizmente o PS, para além de se apresentar zangado com estes resultados positivos, alinha para uma técnica de «megafone



eleitoralista» e que passa pela demagogia exagerada e por se apresentar contra um Orçamento do Estado que ainda nem é conhecido”. Criticando esta forma de fazer política, de ser contra porque se é contra, Luís Montenegro afirmou que é necessário questionar ao PS se pretende que o país mude ou que tudo fique na mesma.

Por parte do PSD, declarou o líder do grupo parla-

mentar, “vamos continuar o nosso caminho de transformação do país e a nossa disponibilidade para o diálogo político e social. Mas é tempo de termos uma oposição e em especial o principal partido da oposição com uma visão mais positiva sobre o nosso país e com uma predisposição para ser uma oposição construtiva e não radical e demagógica, que não contribui para o trajecto de sucesso do país”.

PSD defende a modernização da linha do Minho



No debate do projecto de resolução que reclama a modernização e electrificação da linha do Minho, o deputado do PSD, Nuno Reis, iniciou a sua intervenção recordando que o anterior Governo socialista estabeleceu como prioritária uma política de grandes investimentos públicos, designadamente em auto-estradas e TGV.

Nesse sentido, adianta o social-democrata, o Executivo socialista planeou a construção de uma linha de TGV entre o Porto e Vigo, cujo custo ascenderia a mais de mil milhões de euros apenas para a primeira fase, sem cuidar e assegurar a viabilidade do projecto ou a sua comportabilidade para as costas públicas. Como consequência desta política foram descuradas as redes básicas, designadamente a linha do Minho, que não foi contemplada com uma modernização nem electrificação. “Para o Grupo Parlamentar do PSD, a ligação Porto-Galiza é um eixo fundamental do desenvolvimento nacional, em particular do norte do país. Nesse sentido, foi acordado com Espanha que houvesse um projecto de modernização da linha de forma adequada às necessidades e às possibilidades financeiras do país e focado na eliminação dos principais constrangimentos à exploração ferroviária desta linha”, reiterou Nuno Reis.



“Braga está com Ricardo Rio”

Quatro mil os bracarenses, oriundos de todas as freguesias do concelho, estiverem presentes, no dia 10, na festa organizada pela coligação “Juntos Por Braga” na Quinta da Malafaia. A iniciativa ficou marcada pelo constante ambiente de festa, grande animação e boa disposição, assim como pela enorme confiança na vitória da coligação “Juntos Por Braga”, nas eleições autárquicas de 29 de Setembro. “Braga está com Ricardo Rio” foi uma das frases mais vezes ouvidas durante este convívio, que permitiu ao candidato à Câmara Municipal receber um estímulo adicional de confiança e sentir a urgência de mudança das populações. “Os bracarenses merecem um novo tempo e uma cidade muito melhor, e nós somos a única candidatura com um projecto de futuro para Braga”, afirmou Rio.

Ricardo Rio salientou que “só o desespero” de quem considera que se pode manter “eternamente” no poder justifica as mentiras que se têm dito relativamente à candidatura da coligação. “Que fique bem claro para todos que não vamos privatizar as empresas municipais, não vamos despedir funcionários públicos, não vamos terminar com os serviços de transportes nem com os passes sociais, não vamos subir as tarifas municipais e nem sequer vamos terminar com os convívios para a população sénior, como esta iniciativa bem demonstra”, sublinhou, garantindo que esta tentativa de “assustar e incutir medo” nas pessoas através da veiculação de mentiras é uma tática típica de quem não tem “uma única ideia” para Braga e pensa que através do engano consegue “ludibriar” os cidadãos: “Felizmente, os bracarenses estão atentos e saberão distinguir aqueles que lutam de forma incansável pelo seu bem-estar dos que se consideram donos do concelho, usando e abusando dos privilégios do poder para servir os seus interesses pessoais”.

Segundo Ricardo Rio, quem durante cerca de vinte anos assumiu funções na Câmara Municipal não pode agora dizer que nada teve a ver com as políticas ruins e despesistas que tanto prejudicaram o concelho. “Nesta campanha existem os que estão para prometer e os que estão para fazer. Nós estamos para fazer e é tempo de entrar na autarquia um executivo com outra competência, outras prioridades, outro dinamismo, outra energia e plena consciência de que o essencial é servir cada vez melhor a população do nosso concelho”, disse.

Apoio aos mais necessitados será prioridade

O líder da coligação “Juntos Por Braga” declarou que, no próximo ciclo autárquico que irá liderar, vai dar prioridade à área da acção social, criando tarifários especiais que permitam aos mais necessitados – idosos, jovens, desempregados, etc. - terem uma redução nos seus gastos e reforçando os serviços de transporte à disposição da população. “Queremos um concelho mais justo, onde todos possam ter maior qualidade de vida e direito às mesmas oportunidades. Ao contrário do que tentam fazer passar, sempre defendemos a introdução de políticas de apoio aos mais carenciados, dentro do princípio de que só respeitando a diferença conseguimos atingir a igualdade”, assegurou, afirmando ainda que pretende uma autarquia mais presente na vida das IPSS do concelho, que prestam um apoio social essencial às comunidades, elaborando tarifários de água e de saneamento mais baixos que permitam desonerar essas mesmas instituições.

Na ocasião, o candidato à Câmara Municipal garantiu também que vai reforçar os convívios existentes entre a população idosa, evidenciando que, para muitas pessoas, estes são os únicos momentos para se poderem divertir, passear e sair de casa. “Consideremos que estes são eventos lúdicos fundamentais para o bem-estar da população sénior, razão pela qual aqui estamos hoje. Nesse sentido, assumimos o compromisso de todos os anos trazer os Bracarenses à Malafaia, e não apenas em ano de eleições, como actualmente acontece”, reforçou, falando directamente para o “mar de gente” que ouvia o seu discurso.

Ricardo Rio fez questão de elogiar o “magnífico” trabalho que os autarcas dos “Juntos Por Braga” em todas as freguesias estão a desenvolver em prol dos seus cidadãos. “São um exemplo de qualidade de dedicação às suas populações, trabalhando sempre em proximidade com as pessoas e colocando os seus reais problemas como prioridade. É um orgulho enorme poder contar com autarcas desta categoria”, destacou.

A finalizar, Rio afirmou que há muito por fazer em Braga, mas que com força e união será possível transformar a cidade, dando-lhe um novo rumo. “Conto com tudo e todos para nos acompanharem neste percurso que nos vai levar, no dia 29 de Setembro, à liderança da Câmara Municipal de Braga. Mas conto sobretudo com todos vocês para, depois das eleições, nos ajudarem a construir uma Braga muito melhor”, concluiu.

José Cesário contactou com a comunidade portuguesa nos EUA

José Cesário, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, encerrou em Newark na passada quarta-feira, 11 de Setembro, uma visita que fez a vários estados na costa leste e onde contactou entidades, clubes e organizações portuguesas.

A visita de Cesário aos Estados Unidos, na qual se fez acompanhar por Maria João Ávila, deputada da emigração pelo círculo fora da Europa, começou na passada quinta-feira, 5 de Setembro, no Sport Club Português, também em Newark, e incluiu passagens pelos estados de Nova Iorque, Rhode Island e Massachusetts, terminando no passado dia 11 deste mês com uma visita à Casa do Ribatejo e à Casa do Minho.

Neste último dia de visita, José Cesário foi também acompanhado pelo novo cônsul-geral de Portugal em Newark, Pedro Soares de Oliveira, conselheiros representantes do Conselho das Comunidades Portuguesas, Manuel Carrelo e José João Morais, coordenador-adjunto do ensino de português nos Estados Unidos, António Oliveira e pelo presidente da Comissão Política do PSD-EUA, Mário Filipe Marques e a secretária da secção do PSD nos Estados Unidos da América, Maria Helena Sampaio.

O Partido Social Democrata nos EUA, aproveitou esta ocasião para a fazer a sua “reentré” política e assim iniciar as suas actividades comunitárias após as férias de Verão, que levaram milhares de nossos compatriotas a Portugal, e prosseguir com os ciclos de conferências o “PSD e as Comunidades”, estando já agendado para o mês de Outubro, uma conferência sobre o tema “A Cultura Portuguesa na América”, abordando assim todos os pilares e todas as formas de cultura (canto, fado, poesia, prosa, teatro, cinema, pintura e artesanato), junto das comunidades e a sua projecção no país de acolhimento.

Depois da visita às instalações da Casa do Ribatejo, onde foi recebido pela direcção do clube, a comitiva deslocou-se à Casa do Minho para um jantar comemorativo dos 25 anos de existência da colectividade.

José Cesário dirigiu-se aos presentes e referiu que o teor desta visita passa “uma vez mais por trazer os representantes do governo às comunidades.

É fundamental que as nossas comunidades sintam o apoio dos seus governantes, pois os portugueses na diáspora desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de Portugal, da nossa língua e da nossa cultura”, terminando com “uma mensagem de esperança para todos os portugueses que dia-a-dia vivem e sentem Portugal como ninguém.”

Rui Silva agradeceu os representantes com a medalha do Clube, tendo os mesmos assinado o Livro de Honra.

Para o jovem presidente, “esta visita enche-nos de orgulho. A comemorar um quarto de século e com obra feita, sentimo-nos contentes por ver o reconhecimento das autoridades portuguesas. Queremos continuar a ser um baluarte das nossas tradições e da nossa cultura.”

Durante a visita, a comitiva foi ainda agraciada pela excelente actuação do grupo Etnográfico ‘Gente do Minho’, que encerrou a visita do representante do governo português aos Estados Unidos.



NASCIMENTO RODRIGUES COMENTA DISCURSO DE EANES

Nascimento Rodrigues, vice-presidente do PSD, classificou de "ofensivo para o Parlamento" o discurso presidencial de sexta-feira passada.

O dirigente disse rejeitar a "imagem de secretismo e de negociação partidária" apresentada por Ramalho Eanes sobre o modo como decorreu a revisão constitucional.

"Lamentamos que essa posição

se identifique com as críticas do PCP", acrescentou.

"A revisão constitucional, referiu mais adiante Nascimento Rodrigues, não abriu novas e acrescidas responsabilidades apenas sobre os partidos. O novo período constitucional e a grave situação económica do país, exigem que também o Presidente da República, e não apenas os Partidos, Governo e Parlamento, assumam a responsabilidade

histórica de uma vivência concertada que aprofunde o regime democrático".

"É fácil acenar à opinião pública com a imagem do desencanto na difícil situação económica internacional e interna, mas não parece correcto fazê-lo sem medir as consequências que isso pode acarretar no plano da participação democrática dos cidadãos na vida partidária, na vida associativa,

nos actos colectivos e nos próprios actos eleitorais", disse ainda o vice-presidente do PSD.

Nascimento Rodrigues acrescentou que "o futuro não se construirá na base do conflito com os Partidos democráticos, na presunção de que estes falharam.

Contribuir para isso, é contribuir para a inexistência de soluções de democratização e desenvolvimento do país".

COMUNICADO DO CONSELHO NACIONAL

I

O Conselho Nacional, reunido no passado sábado, congratula-se pela recente entrada em vigor da Lei da Revisão Constitucional.

As alterações à Lei Fundamental aprovadas pela Assembleia da República puseram termo à democracia tutelada em que vivíamos desde 1976 e permitem que, a partir de agora, Portugal seja politicamente uma democracia plena.

O PSD sempre entendeu, porém, que a existência de um regime político democrático é condição necessária mas não suficiente para que o nosso País atinja a democracia global, visto que esta deverá ser também económica e social.

Por isso, o PSD, como maior Partido português, e como maior partido no poder, entende que, uma vez concluída a revisão da Constituição e aprovada na Assembleia da República, também por 2/3 dos votos, as suas duas principais leis complementares, não há tempo a perder para que se avance e recupere nos campos económico e social.

A maioria política conseguida será efémera e frágil, se não for acompanhada de um esforço nacional no sentido de maioria económica e social.

II

É precisamente nos tempos de maiores dificuldades como os que atravessamos, que a social democracia se torna mais necessária e mais aplicável, para que não sejam apenas os trabalhadores por conta de outrem a sacrificar-se, para que não sejam apenas os que têm menos poder reivindicativo, como os reformados, a ser afectados, para que, numa palavra, o rigor e a austeridade sejam partilhados por todos de acordo com os respectivos rendimentos.

Continua na pág. 3

MARGARIDA SALEMA ELEITA PERITA NA ONU:

«Há um longo caminho a percorrer para a igualdade real da mulher»

(ENTREVISTA NA PÁG. 4)



Victor Crespo na AR

DA DEMOCRACIA NÃO NOS DEMITIREMOS

"Da democracia, não nos demitiremos", proclamou Victor Crespo, na sua primeira intervenção parlamentar como presidente do grupo de deputados sociais democratas.

O líder parlamentar do nosso partido realçou o processo de revisão constitucional e legislativo que culminou com a formação do novo quadro institucional português. Recordou o projecto pioneiro de Francisco Sá Carneiro e extraiu dois aspectos fundamentais da vida política recente: o consenso em torno das questões de regime e o clima de paz com que os portugueses encerraram o período de transição. Dois aspectos bem relevantes, inequívocos quanto à normalidade democrática que se vive. Por isso o líder do Grupo Parlamentar do PSD repudiou veementemente, tanto os que, hoje, reclamam a sua dissolução da Assembleia da República (que seria aberrante) como os que vêm a praça hastear uma bandeira de hipotética descrença e frustrações populares.

Continua na pág. 4

Menéres Pimentel em Sintra



Uma das frentes para pôr termo à morosidade da Justiça é a reforma do Código do Processo Civil

"É indispensável que Portugal inicie, sistemática e organizadamente, o caminho da verdadeira desburocratização da administração pública" — afirmou recentemente o ministro da Justiça e da Reforma Administrativa, Menéres Pimentel, quando procedia à inauguração, em Sintra, do novo edifício para os tribunais de instrução criminal e do trabalho.

A seguir transcrevemos as passagens mais significativas do discurso então proferido por Menéres Pimentel.

Continua na pág. 2

LEONARDO RIBEIRO DE ALMEIDA ELEITO PRESIDENTE DA AR



Leonardo Ribeiro de Almeida é, pela segunda vez, Presidente da Assembleia da República.

Militante da primeira hora do nosso partido, Ribeiro de Almeida tem 58 anos e habituou os deputados e o País a um comportamento de elevada seriedade e honestidade. Na I Sessão Legislativa desta II Legislatura, o nosso companheiro e vi-

ce-presidente da mesa do Congresso do PSD, desempenhou as suas funções com grande dignidade e prestígio para as instituições democráticas. Na III Sessão Legislativa, passado já o período de transição, todos sabemos, da sua actuação como titular do segundo grau mais elevado da hierarquia do Estado, resultará a consolidação da de-

mocracia plena e a dignificação do Estado português.

Leonardo Ribeiro de Almeida, advogado e, antes de 1974, militante antifascista, é acompanhado na mesa da Assembleia da República pelos sociais-democratas Amândio de Azevedo (vice-presidente) e Reinaldo Gomes e Anacleto Baptista (secretários).



Agenda de valor

Jaime Quesado (*)

O Programa "Pólos de Competitividade", estratégico para o desenvolvimento do país constitui uma aposta central na aplicação de um novo Modelo Estratégico para a Economia Portuguesa. Em tempo de profunda crise internacional, com a maior parte dos sectores de actividade confrontados com falta de perspectivas de recuperação, a dinamização deste Projecto é essencial. Os "Pólos de Competitividade", como projectos integrados de base regional, acabam por ser um importante teste à capacidade de encontrar novas soluções associadas à Inovação e Conhecimento, criando condições para uma nova aposta para o futuro.

Os actores económicos e sociais (Municípios, Universidades, Associações Empresariais, entre outros) na apresentação de soluções estratégicas para os Pólos de Competitividade acabaram por ser uma surpresa positiva. Desde o "Health Cluster" ao Automóvel e às TIC, entre outros, todos os protagonistas do conhecimento vieram a jogo. Trata-se dum movimento de "aglomeração de base" da sociedade civil, numa lógica de "eficiência colectiva" em que a capacidade regional de afirmar capacidades numa lógica mais global vem ao de cima. Os objectivos estratégicos dos Pólos são claramente um exemplo de exame à capacidade efectiva dos territórios de "agarrarem" o desafio da Competitividade numa forma estruturada e coerente.

O sucesso dos Pólos de Competitividade é fundamental para o futuro do país. É um objectivo que não se concretiza meramente por decreto. É fundamental que a sociedade civil agarre de forma convicta este desígnio e faça da criação destas "Novas Plataformas de Competitividade" a verdadeira aposta estratégica colectiva para os próximos anos. O que está verdadeiramente em causa em tudo isto é a assumpção por parte do país dum verdadeiro desígnio estratégico de alterar o modelo mais recente de evolução de desenvolvimento económico. Inovação, Conhecimento e Criatividade são as palavras chave de uma estratégia centrada na criação de valor Global com efeito no Emprego e Riqueza.

O papel do Investimento Directo Estrangeiro de Inovação, articulado com Universidades e outros Centros de Competência, vai ser decisivo nesta área e ao Estado caberá a inelutável missão de regular com rigor e sentido estratégico. Mas a chave do segredo estará na capacidade local de fazer a diferença. Os Actores da Competitividade (Municípios, Universidades, Associações Empresariais) terão que saber desenvolver um verdadeiro "pacto estratégico" para o futuro do seu território. E as opções terão que ser claramente assumidas. Por isso, impõe-se que rapidamente este Projecto Estratégico passe para a Agenda da Competitividade e Crescimento. Competir com Valor é a única opção que se impõe nos próximos tempos complexos que se desenham no futuro mais próximo.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



Mais difícil do que dinheiro...

João César das Neves (*)

Grandes economistas, sobretudo americanos, têm vindo a criticar o que chamam a opção europeia pela austeridade. Surge a situação insólita de ver prémios Nobel concordar com extremistas políticos ou blogues inflamados. É curioso ter Joseph Stiglitz e Jerónimo de Sousa do mesmo lado. Como explicar o paradoxo?

Existe um mal-entendido de palavras. Quando falam de austeridade, os opinadores populares referem os cortes que nos impedem de viver como vivíamos antes da crise. Ora isso é um irrealismo, pois a situação anterior à crise era insustentável, como podemos constatar... pela crise.

O problema é endividamento. De 2001 a 2010, Portugal gastou mais 9% do que produzia (o défice externo), atingindo em 2013 uma dívida externa bruta de 236% do PIB, uma das maiores do mundo. Este é o núcleo da dificuldade, que as conversas de café, os blogues e os comícios normalmente omitem. Só para tapar a fuga e equilibrar as contas, o aperto é forte e, dado a ilusão ter sido longa, são velhos os hábitos a mudar. Como além de estancar a sangria é preciso pagar juros e ir amortizando a dívida, o sofrimento será grande e demorado.

Como os analistas ocasionais atribuem o esbanjamento a corruptos, incompetentes e bandidos, consideram-se isentos da austeridade; ela devia existir, mas para outros. Isso é também irrealismo. Um buraco destes nunca podia ter apenas culpados individuais ou sequer sectoriais nem seria resolúvel sem sacrifício nacional. A origem da crise foi o longo clima de facilidade em que todos, mais ou menos, participámos voluntariamente. Procurar responsáveis é compreensível no meio da fúria, mas todos beneficiámos e todos temos de pagar.

A análise dos tais cientistas não cai nestes erros e é mais subtil, embora omita um decisivo detalhe lateral. Uma situação de endividamento como a nossa traz sempre um terrível dilema. Se o credor exigir pagamento imediato, estrangula o devedor e perdem os dois. Seria melhor dar tempo para pôr a casa em ordem, recuperar a produção, beneficiando todos com a prosperidade. Isto é o que aconselham os professores famosos, insurgindo-se contra o FMI e a política europeia que criaram a miséria grega e portuguesa. Acusam o programa de ajustamento de gerar a recessão na União, que impede a remissão dos créditos. Esta opinião é sólida e verdadeira, mas ignora o aspecto político, que complica muito a linearidade do impecável raciocínio financeiro.

De facto, a receita de benevolência que recomendam é seguida há muito na Europa. Pode mesmo dizer-se que foi ela que nos meteu no sarilho. Porque o sinal de alarme financeiro não soou em 2011, ou sequer em 2008. Portugal foi o primeiro país do euro a violar o Pacto de Estabilidade, logo em 2001, e a Grécia já o violava muito antes de entrar. Era patente que a dívida estava numa trajectória insustentável. Mas a União Europeia decidiu dar tempo para os devedores porem a casa em ordem, recuperarem a produção, ganhando todos com a prosperidade. Essa benevolência foi pretexto para mais esbanjamento, fingindo e criar emprego e gerar produção. Conhecemos muito bem por cá esta fantasia.

Isto leva-nos ao verdadeiro núcleo da dificuldade. A actual recessão não vem sobretudo da globalização, da corrupção ou da incompetência política. O problema europeu não é essencialmente fiscal, financeiro ou sequer económico. É de confiança. Os países com excedente não acreditam nos deficitários, que há muito abusam. Exigem provas de seriedade antes de os aliviarem. Pelo seu lado, os endividados irritam-se com a falta de solidariedade e desconfiam da unidade europeia. Todos têm razão. A cura da terrível doença da suspeita é muito pior do que memorandos ou reformas do Estado. E a fúria popular agrava tudo.

A troika interveio quando se esgotou a paciência dos credores e a reputação dos devedores. Impôs forte aperto só para equilibrar as contas e tapar a fuga que, ao fim de três anos e muitos esforços, o Governo não conseguiu. E ninguém acredita que consiga. O que falta é muito mais raro e precioso do que dinheiro. É credibilidade.

(*) Professor Catedrático, Economista, cronista ©DN



CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ANSIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Ansião, para reunir no próximo dia 26 de outubro (sábado), pelas 21 horas, na Sede do PSD de Ansião, sita na Avenida Doutor Vítor Faveiro, 3240-153 Ansião, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e da Mesa de Plenário Concelhio da JSD de Ansião.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional, ou a quem o possa substituir estatutariamente, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respectivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 21h – 23h.

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da concelhia da JSD Porto para reunir no próximo dia 19 de outubro de 2013, pelas 18 horas, na sede do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata de Paranhos, sita na Rua do Campo Lindo, nº. 63 – Porto, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia da JSD Porto

Notas:

As urnas estarão abertas das 18 horas às 21 horas.

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD Porto, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do Partido Social Democrata e da Juventude Social Democrata de Paranhos, sita à Rua do Campo Lindo, nº. 63 – Porto, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

AUTÁRQUICAS 2013

Conheça a nova plataforma do PSD para as Autárquicas 2013

www.autarquicaspsd.pt